

de substituição, directora de serviços dos Mercados Vitivinícolas, do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006.

3 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços de Administração, *Lopes das Neves*.

Despacho (extracto) n.º 2224/2006 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Janeiro de 2006 do presidente do Instituto da Vinha e do Vinho:

Fernando Manuel Bispo Simões, assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho — nomeado, em comissão de serviço extraordinária, pelo prazo de um ano, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 479/99, de 19 de Novembro, técnico superior estagiário da carreira de jurista, do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionado no escalão 1, índice 321. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços de Administração, *Lopes das Neves*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

Despacho (extracto) n.º 2225/2006 (2.ª série). — Por despachos da Secretária de Estado dos Transportes e do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de 2 de Dezembro de 2005 e de 12 de Janeiro de 2006, respectivamente:

Licenciado Victor Manuel de Sousa Risota, assessor principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais — autorizado a passar à situação de licença sem vencimento para o exercício de funções na qualidade de funcionário ou agente do quadro de organismo internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Janeiro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Inspeção-Geral das Obras Públicas

Despacho n.º 2226/2006 (2.ª série). — *Comissão de serviço do director do Serviço de Apoio Técnico.* — 1 — O Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 3 de Novembro de 2005, proferido nos autos do recurso jurisdicional n.º 5991/2002, anulou o despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas de 29 de Outubro de 2001, que homologou a lista de classificação final do concurso para preenchimento do lugar de director de serviço de Apoio Técnico desta Inspeção-Geral, com fundamento em que o presidente do júri daquele não deveria ter sido sorteado, competindo ao inspector-geral exercer essa função.

2 — O candidato que figurava em primeiro lugar na lista homologada, Dr. Fernando José Oliveira Silva, exerceu, entretanto, as funções pertinentes, entre 22 de Janeiro de 2002 e 22 de Janeiro de 2005, data em que viu a sua comissão de serviço renovada pelo meu despacho n.º 1039/2005 (2.ª série), de 10 de Novembro de 2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 17 de Janeiro de 2005, proferido ao abrigo do disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

3 — Determina o Código do Procedimento Administrativo, no seu artigo 133.º, n.º 2, alínea i), que são nulos «os actos consequentes de actos administrativos anteriormente anulados ou revogados, desde que não haja contra-interessados com interesse legítimo na manutenção do acto consequente».

4 — Não se conhecendo, no caso concreto, «contra-interessados com interesse legítimo na manutenção do acto consequente», sendo certo que os concorrentes ao concurso anulado não integram a respectiva figura (cf. *CPA Comentado*, 2.ª ed., Mário Esteves de Oliveira e outros), resulta que é nulo aquele meu despacho n.º 1039/2005.

5 — Determino, assim, a cessação, com efeitos a contar de hoje, da comissão de serviço do Dr. Fernando José Oliveira Silva como

director do Serviço de Apoio Técnico da Inspeção-Geral das Obras Públicas.

16 de Janeiro de 2006. — O Inspector-Geral, *António Flores de Andrade*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social

Despacho n.º 2227/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no despacho n.º 23 740/2000 (2.ª série), do Secretário de Estado da Segurança Social, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 269, de 21 de Novembro de 2000, no uso dos poderes que me foram delegados pelo despacho n.º 10 847/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de Maio de 2005, nomeio vogal da comissão administrativa da Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do mesmo despacho, como representante dos beneficiários e por designação do Sindicato dos Jornalistas, Anabela Gonçalves Fino.

13 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Departamento de Recursos Humanos

Direcção de Serviços de Pessoal

Despacho (extracto) n.º 2228/2006 (2.ª série). — Por despacho do director do Departamento de Recursos Humanos exarado em 9 de Janeiro de 2006, ao abrigo das competências que me foram delegadas:

Maria Hermínia de Lima Teixeira Coelho Alves, técnica superior principal, do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. — exonerada da função pública, a seu pedido, com efeitos reportados a 22 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2006. — O Director, *Antero Felizardo Lúcio Brotas*.

Despacho (extracto) n.º 2229/2006 (2.ª série). — Por despacho do director do Departamento de Recursos Humanos exarado em 9 de Janeiro de 2006, ao abrigo das competências que me foram delegadas:

Maria Guilhermina Malveiro Louzeiro Caxinha, assistente administrativa principal do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. — exonerada da função pública, a seu pedido, com efeitos reportados a 22 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2006. — O Director, *Antero Felizardo Lúcio Brotas*.

Despacho (extracto) n.º 2230/2006 (2.ª série). — Por despacho do director do Departamento de Recursos Humanos exarado em 9 de Janeiro de 2006, ao abrigo das competências que me foram delegadas:

Maria Arminda dos Santos Oliveira Leite, assistente administrativa principal do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. — exonerada da função pública, a seu pedido, com efeitos reportados a 22 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2006. — O Director, *Antero Felizardo Lúcio Brotas*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2231/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, o licenciado José Carlos Viveiros Avides Moreira para o exercício das funções de vogal

do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006.

6 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 2232/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, o licenciado José Ribeiro da Costa Nunes para o exercício das funções de enfermeiro-director do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006.

6 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 2233/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 7.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 110/83, de 21 de Fevereiro, e em harmonia com o constante no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e sob proposta da Organização Portuguesa de Transplantação, renovo a comissão de serviço da licenciada Maria Helena Dias Alves no cargo de directora do Centro de Histocompatibilidade do Norte.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, autorizo a nomeada a auferir o vencimento base da sua função, correspondente à categoria de chefe de serviço hospitalar de imuno-hemoterapia.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Janeiro de 2006.

6 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Curriculum vitae

Maria Helena Dias Alves, filha de António Alves e de Conceição Henriques Dias, nascida em Vilar Formoso, Almeida, em 27 de Junho de 1956. Licenciada em Medicina na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto com 14 valores, em 1979. Curso superior de Medicina Legal em 1981 com 15 valores. Internato complementar de imuno-hemoterapia no Hospital de São João, no Porto, concluído em Janeiro de 1989 com 19,5 valores. Proveniente para uma vaga de assistente hospitalar de imuno-hemoterapia no Centro de Histocompatibilidade do Norte (CHN) em 26 de Maio de 1990, com 19 valores, tomando posse do lugar em 27 de Outubro de 1990. Grau de consultor da carreira médica hospitalar com 20 valores. Posse de assistente graduada em 16 de Novembro de 1995. Concurso para o lugar de chefe de serviço de imuno-hemoterapia do quadro do CHN em Julho de 2001, 20 valores. Nomeada directora do CHN por despacho do Ministro da Saúde de 7 de Janeiro de 2003, com efeitos a partir do dia 13 de Janeiro de 2003. Curso de alta direcção em Administração Pública (CADAP) do INA no ano lectivo de 2004-2005.

Exercício de funções como assistente hospitalar; gestão e organização de serviços hospitalares: responsável pelo SU desde Abril de 1991. Desde Maio de 1992 foi responsável pelo Laboratório de Genética Molecular do CHN, o qual organizou técnica, científica e administrativamente e no qual introduziu todas as técnicas de genotipagem de DNA em uso. Participou nas rotinas da transplantação, tendo introduzido novas metodologias e produzido múltiplos trabalhos científicos. Participou em múltiplos estudos da área HLA-doença e da auto-imunidade. Fez a assessoria para a área laboratorial do CHN. Participou nos planos de acção clínico-laboratorial, de equipamento e desenvolvimento técnico-científico do Centro ao longo dos anos.

Em Novembro de 1991 apresentou no I Congresso Nacional de Transplantação a proposta «Cartão nacional do receptor de produtos biológicos», que foi considerada de interesse para o Ministério da Saúde e obteve sucessivos pareceres favoráveis de três ministros da saúde e da Assembleia da República. Direcção do CHN: de Janeiro de 2003 a Janeiro de 2006. Promoveu a implementação de um sistema de gestão da qualidade no CHN, segundo a norma NP EN ISO 9001:2000, que culminou com a certificação de qualidade global da instituição em Setembro de 2005. Manteve a acreditação europeia EFI do CHN e renovou a mesma acreditação em Outubro de 2005. Promoveu a criação e implementação de um sistema de gestão de informação de apoio à urgência da transplantação e ao controlo e gestão administrativa, financeira e científica do CHN para apoio à gestão da direcção e do conselho administrativo. Implementou a actividade do CEDACE com a recolha de 25 000 doadores de medula óssea. Criou um programa de educação para a saúde e um sistema

inovador de divulgação na forma de um CD interactivo integrado no programa de Ciências e Biologia dos 6.º-7.º anos. Fez o curso de alta direcção em Administração Pública do INA.

Actividade pedagógica e formativa:

- 1) Nacional — responsável pela formação dos internos de especialidade de imuno-hemoterapia do Norte, desde Janeiro de 1991. Formação do pessoal técnico e técnico superior do Centro, na área de genética molecular, e orientação de estágios de pré e pós-graduação para licenciaturas de Biotecnologia, Bioquímica e Biologia;
- 2) Internacional — Escola Europeia de Hematologia e Comissão Europeia: no âmbito do programa de apoio aos estudos pós-graduados da Comissão Europeia e do European Communities Training and Mobility Programme, organizou a convite da Escola Europeia a 2.ª Euroconferência HLA Immunobiology of Transplantation — Basic Science and Clinical Relevance, no Porto, 11-13 de Novembro de 2000. Ética e direito na transplantação: apresentou em Dezembro de 1990 em Munique, no First Joint Meeting of ESOT and EDTA/ERA, denominado Organ Replacement Therapy: Ethics, Justice and Commerce, o trabalho «Organ donation by presumed consent: Consequences and duties to the society that legalizes it», que foi publicado no livro *Organ Replacement Therapy: Ethics, Justice and Commerce da Springer*, Verlag Berlin, Heidelberg, 1991, pp. 280-283. No I Congresso Nacional de Transplantação em 1991 apresentou o tema: «Direito à transplantação». Na 2.ª Euroconferência HLA Immunobiology of Transplantation — Basic Science and Clinical Relevance, da Comissão Europeia, proferiu a conferência: «Judiciary aspects of transplant medicine». Actividades sócio-profissionais: inscrita na Ordem dos Médicos (OM) desde Dezembro de 1979. Membro do Colégio de Especialistas de Imuno-Hemoterapia da OM desde 30 de Dezembro de 1993 e do Colégio de Especialistas de Medicina Legal desde 7 de Outubro de 1997. Membro consultivo da Secção Regional do Norte da OM durante dois mandatos (1993-1995 e 1995-1998). Membro da 1.ª direcção do Colégio de Especialistas da OM (1994 a 1997). Preparou a primeira grelha de verificação de idoneidades de serviços e efectuou verificações no continente e ilhas. Organizou com os seus colegas de direcção a I Conferência de Consensos em Medicina Transfusional, tendo coordenado o grupo de responsabilidade médico-legal (OM, Conselho Superior de Magistratura, Procuradoria-Geral da República, Provedoria da Justiça e Centro de Estudos Judiciários). Actividade científica I — investigação: organização e participação em vários projectos de investigação financiados em Portugal (Ministério da Saúde e Fundação para a Ciência e Tecnologia) e no estrangeiro (União Europeia): faz parte do European Consortium for Rheumatoid Arthritis Families (ECRAF) desde 1995 (sete países), do European Consortium for Ankylosing Spondylitis and other Spondylarthropathies (EUROAS) desde 1998 (oito países) e do Consórcio Europeu EUROAS Genomic Bank (nove países), desde 2001, todos financiados pela União Europeia. Está ligada aos estudos da hemocromatose com o ICBAS e IBMC, tendo sido identificada e publicada pela primeira vez a associação do HLA-A29 com a mutação H63D. Fez parte das equipas de trabalho do 13.º e 14.º International Histocompatibility Workshop. É assistente voluntária de genética médica da Faculdade de Medicina do Porto desde 1998. Participou em vários júris de concursos para assistente hospitalar e para a graduação em chefe de serviço de imuno-hemoterapia. É membro de oito sociedades científicas, nacionais e estrangeiras das áreas da transplantação, imunologia, imunogenética e medicina legal. Apresentou 99 trabalhos científicos em reuniões nacionais e no estrangeiro, nos continentes Europeu, Americano e Australiano. Participou em 52 publicações científicas em revistas nacionais e estrangeiras.

Despacho n.º 2234/2006 (2.ª série). — A Lei n.º 46/2004, de 19 de Agosto, que aprovou o regime jurídico dos ensaios clínicos, criou a Comissão de Ética para a Investigação Clínica (CEIC), cuja composição, financiamento e funcionamento são regulados pela Portaria n.º 57/2005, de 20 de Janeiro.

De acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 1.º da citada portaria, a CEIC é constituída por um conjunto de personalidades com reconhecida experiência profissional, nas áreas da bioética, da medicina, das ciências farmacêuticas, da farmacologia clínica, da enfermagem, da bioestatística, jurídica e teológica e outras que garantam os valores culturais e morais da sociedade.

De harmonia com o disposto no artigo 18.º da Lei n.º 46/2004, de 19 de Agosto, os elementos que constituem a CEIC são nomeados por despacho do Ministro da Saúde.